

LIVRO DIDÁTICO, ORGANIZAÇÃO CURRICULAR E EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: NOTAS PRELIMINARES¹

Russel Petresson Bezerra Oliveira (Autor)²

Universidade Federal de Sergipe

Brianna Costa Macedo Silva (Co-autora)³

Universidade Federal de Sergipe

Leonardo dos Santos (Co-autor)⁴

Universidade Federal de Sergipe

RESUMO

Neste artigo buscamos refletir sobre algumas temáticas acerca do Livro Didático e a Educação Física escolar. Inicialmente foi feita uma abordagem geral sobre materiais e livro didático, definindo-os e exemplificando cada um deles, assim como as tensões que envolvem o livro didático. Posteriormente discutiu-se acerca da não organização dos conteúdos da disciplina e as dificuldades que existem para criação de um Livro Didático para a Educação Física. Por fim trazemos alguns apontamentos, baseado nos autores, sobre o nosso olhar em relação ao Livro Didático e a Educação Física.

Palavras-chave: Livro Didático; Conteúdo, Educação Física;

INTRODUÇÃO

Ao longo dos anos têm sido discutido se a Educação Física (EF) tem realmente importância no âmbito escolar, o que a legitima na escola, se ela é uma ciência ou não, qual o seu objeto de estudos (VAGO, 1997; CASTELLANI FILHO, 1998; DARIDO, 1999; KUNZ, 2002; BRACHT, 2003; BETTI, 2005; BRACHT e GONZÁLEZ, 2005).

¹ Este trabalho faz parte da Monografia de conclusão do curso de Educação Física Licenciatura, realizado na Universidade Federal de Sergipe – UFS, sob orientação do Prof. Msc. Cristiano Mezzaroba.

² Aluno do curso de Educação Física Licenciatura da Universidade Federal de Sergipe - e-mail: rus.pet@hotmail.com

³ Aluna do curso de Educação Física Licenciatura da Universidade Federal de Sergipe - e-mail: brianna.campea@hotmail.com

⁴ Aluno do curso de Educação Física Licenciatura da Universidade Federal de Sergipe - e-mail: leojkjb@hotmail.com

Com a aprovação da nova LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), Lei nº 9.394, de 20/12/1996 a EF passou a ser normatizada e legalizada, sendo contemplada no artigo 26, § 3º, onde consta que “a educação física é um componente curricular obrigatório da Educação Básica, e deve ser integrada à proposta pedagógica da escola e ajustar-se às faixas e às condições da população escolar, sendo facultativo nos cursos noturnos”.

Para Coll (1987) um componente curricular deve apresentar um complexo de conhecimentos organizados e adequados à aprendizagem, sempre orientados pelos objetivos gerais da área. Na EF percebemos que esse fato não ocorre. Uma possível justificativa é o fato de as aulas ainda serem ministradas com um caráter esportivista e muitas vezes com a utilização de somente um único esporte durante todo o ano letivo em todas as séries, não demonstrando a sua importância e eficiência no contexto escolar, por não existir uma organização de seus conteúdos, ou, a dificuldade que temos em pensar nossa especificidade pedagógica dentro da EF escolar: alguns acham que é saúde, outros que é esporte, outros recreação, poucos educação, alguns outros pensam que é algo chamado “formação humana” etc.

A falta de clareza por parte dos professores de EF no que se refere ao “o quê” ensinar não é visto, na maioria das vezes, em outras disciplinas, por estas já terem um saber sistematizado que se reflete, concretamente e materialmente, nos Livros Didáticos (LD) das várias disciplinas escolares, material alvo de muitas críticas por parte de estudiosos e pesquisadores. Há os que o apóiam e os que o criticam.

Com a LDB nº 9.394/96 a EF passou a ser componente curricular obrigatório, mas não se organizou com uma disciplina para estar dentro da escola. Historicamente a disciplina construiu um saber a ser ensinado, a partir das matrizes epistemológicas positivista, fenomenológico-hermenêutica e marxista e pelo viés das ciências naturais, sobretudo pela dimensão biológica, todavia não organizou esses conteúdos⁵. Todo esse arcabouço reflete nos dias de hoje. Professores que estão nas escolas sem saber ao certo o que deve ser ensinado, para quem deve ser ensinado.

⁵ Jogo, esporte, ginásticas e práticas de aptidão física, atividades rítmicas/expressivas e dança, lutas/artes marciais, práticas alternativas (BETTI, 2003, p. 96-97).

Nesse sentido, este trabalho, caracterizado como uma revisão bibliográfica, traz alguns elementos para pensarmos na possível utilização do LD nas aulas de EF. Segue-se uma breve abordagem sobre materiais e livro didático, definindo-os e exemplificando cada um deles, juntamente com uma abordagem teórica sobre as principais tensões que envolvem o LD. Em seguida é feita uma abordagem teórica sobre a legalização da EF na educação básica, com algumas discussões acerca da não organização dos conteúdos da disciplina e as dificuldades que existem para criação de um LD para a área.

MATERIAL E LIVRO DIDÁTICO

No cotidiano escolar, em especial, na sala de aula, os professores estão cercados de materiais/objetos como livros, caneta, lápis, clips, cadeiras, birôs, armários etc. e o que permite chamar esses materiais de didáticos é a sua utilização na transposição de um determinado conhecimento, como afirma Rangel (2005, p.25) “Qualquer instrumento que utilizemos para fins de ensino/aprendizagem é um material didático.”

Gorroño (2001, p.8) define material didático como sendo:

(...) todos aqueles recursos que contem informações que exemplificam, expõem idéias, relata experiências práticas, etc., que definitivamente, contribuem a facilitar e fundamentar a tomada de decisões em que o professor precisa levar adiante no desempenho de suas funções na elaboração e desenvolvimento do currículo. Além disso, este conceito de materiais curriculares incluem aqueles recursos (livros, esquemas, mapas conceituais, painéis, cadernos, etc.) que facilitam a aprendizagem dos alunos e das alunas no desenvolvimento do programa da disciplina.

Paulo Freire (1989) em seu método de alfabetização de adultos, diz que para melhorar o ensino de um determinado conteúdo é necessária a utilização de exemplos e porque não dizer, materiais, que estão ao redor e derredor dos alunos, de materiais que façam parte do “mundo” em que os alunos estejam inseridos para facilitar no processo de ensino-aprendizagem. Os materiais didáticos vão ter essa mesma função, a de facilitadora nesse processo.

Independentemente de seu grau de especialização, a primeira função

de um material que possamos qualificar como didático é a de favorecer uma interlocução pedagogicamente eficaz entre os sujeitos envolvidos no processo, de forma que a apresentação, o reconhecimento e a assimilação do objeto possam se dar por meio do diálogo, exatamente como no exemplo da construção coletiva da noção de referente possível para uma determinada palavra. (RANGEL, 2005, p. 27).

Nesse sentido podemos afirmar que existe uma infinidade e diversidade de materiais didáticos, cada um com seu “grau de especialização”, segundo Rangel (2005). Para o autor “quanto mais adequado estiver o material, em relação à situação de ensino/aprendizagem em que se insere, melhor o seu rendimento didático”. Em uma aula de Geografia, por exemplo, se o professor utiliza de mapas, globo terrestre e fotos de satélite, com certeza aquela aula terá um sentido e um significado bem mais amplo e esclarecedor.

Ao conjunto acima se poderiam acrescentar tantos objetos quanto os sugeridos pelos recursos materiais, competência e imaginação de educadores e de escolas: coleções de pedras, retalhos de tecido, jornais, revistas, tintas, pincéis, cola, tesoura, vasos de plantas, bichos secos, impressoras, mimeógrafo. Mas, qualquer que seja o conjunto de coisas que constitui o material escolar, alguns elementos são mais essenciais do que outros, porque influem mais diretamente na aprendizagem. (LAJOLO, 1996, p. 2-3).

O material didático-pedagógico é um grande instrumento de apoio ao processo de ensino-aprendizagem dos alunos. Através dele o professor faz mediações e aproximações com o conteúdo, exemplifica, elucida e dinamiza sua prática pedagógica. Ao falarmos em material didático, muitas das vezes o pensamento se restringe a material impresso, como apostilas, livros, revistas, jornais etc., ou a giz e quadro negro, todavia umas séries de outros materiais muitas vezes estão presentes na sala de aula e a disposição dos professores como salas de vídeo, anfiteatros, laboratórios em geral, principalmente os de informática, por vezes com acesso a internet, o que muito amplia suas possibilidades, mas que, infelizmente, não são utilizados.

Nesse sentido, quando falamos em material didático muitas vezes não incluímos

nesse contexto a internet, essa ferramenta que está dentro e fora da escola e que a cada dia se torna tão necessária como comer e dormir para nós seres humanos, professores e alunos. Vivemos, hoje, em uma cultura extremamente *cyber* arroteados de elementos eletrônicos, digitais, virtuais e tecnológicos, todavia quando essa cibercultura é levada para dentro dos muros da escola ela é barrada, seja pelos professores, talvez por ser um saber em que o detentor é o aluno, em muito dos casos, ou por não saberem lidar de forma significativa e qualitativa com esses meios; seja pela própria instituição escolar, que por ignorância ou medo, acha que a utilização dessas diversas tecnologias de informação e comunicação em nada contribui para a formação do aluno; obviamente que podem não ser utilizadas pelas questões de infraestrutura da escola. É necessário que os educadores e as instituições de ensino absorvam e se utilizem dessa ferramenta como mais um material didático, um auxiliador, que ajuda no processo de ensino/aprendizagem.

Apesar do avanço tecnológico e da infinidade de recursos possíveis de serem utilizados em sala de aula como forma de facilitar o aprendizado de um determinado conteúdo, o material impresso ainda tem forte influência nesse processo e ainda está muito presente nas salas de aula, em especial o LD, que embora seja um objeto bastante familiar e de fácil identificação, existe uma complexidade ao se tentar defini-lo, pois não se refere apenas a um amontoado de páginas com textos, gravuras e sugestões de atividades. Alguns autores o resumem como sendo um instrumento que contém um saber sistematizado e que contribui enriquecendo e dinamizando a prática pedagógica. Para Lajolo (1996, p.5):

Dentre a variedade de livros existentes, todos podem ter – e efetivamente têm – papel importante na escola. Didático, então, é o livro que vai ser utilizado em aulas e cursos, que provavelmente foi escrito, editado, vendido e comprado, tendo em vista essa utilização escolar e sistemática.

Historicamente sempre houve os que defendiam o uso do livro, como Comenius (criador do primeiro livro ilustrado, o *Orbys Pictus*), e os que o queriam fora da sala de aula. Na atualidade muitas discussões ainda são feitas acerca do LD, do seu papel na sala de aula, se é só mais um material didático ou se esse mesmo material didático se

ocupa ou não de um lugar privilegiado dentre os outros materiais didáticos etc.

Segundo Freitas e Rodrigues (2007), o LD estava presente na cultura escolar mesmo antes do século XV com a invenção da imprensa onde os livros deixam de ser copiados à mão e passam a ser produzidos em série. O caminho trilhado para que os materiais didáticos impressos chegassem até as escolas brasileiras teve início em 1929, com a criação do Instituto Nacional do Livro (INL), órgão específico para legislar sobre políticas do livro didático, mas só na segunda metade da década de 60, especificamente em 1966, é que o livro didático passa a frequentar de fato as escolas devido o acordo entre o Ministério da Educação (MEC) e a Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID) que permitiu a criação da Comissão do Livro Técnico e Livro Didático (COLTED), gerando a edição de livros em grande quantidade.

Em 1971, com a extinção da COLTED e o término do convênio MEC/USAID, o INL passou a desenvolver o Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental (PLIDEF), programa que foi substituído em 1985 pelo atual Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), programa criado pelo governo federal que consiste na distribuição gratuita de livros didáticos para os alunos das escolas públicas de ensino fundamental de todo o país.

Segundo Menezes; Santos (2002) a idéia do PNLD é a melhoria da qualidade do ensino fundamental e médio considerando que o livro constitui um dos mais importantes suportes pedagógicos no trabalho do professor, estando sempre presente nas salas de aula, muitas vezes sendo a única forma mais sistemática de contato dos alunos com a escrita e com a leitura impressa, e por ter um papel importante na organização da prática pedagógica.

Sendo assim, é de extrema importância que este material-didático seja discutido e avaliado, para isso o PNLD foi aperfeiçoado em 1995, adquirindo um componente novo: a análise e a avaliação prévia do conteúdo pedagógico com a criação do Guia de Livros Didáticos – sinopse de cada publicação, classificada de acordo com a qualidade do conteúdo –, no qual o professor pode avaliar o livro mais adequado às características de sua região, de seus alunos e ao processo pedagógico de sua escola.

Esse é um grande avanço dado à análise e avaliação do livro didático, mas por si só, não garante a qualidade se seus conteúdos. Na tentativa de dar mais propriedade aos

livros didáticos, em 2001 o MEC fez parcerias com diferentes universidades públicas do país, para a realização do processo de avaliação. Segundo o MEC, por meio dessas parcerias buscaram-se impulsionar o interesse da pesquisa sobre o tema, aperfeiçoamento, socialização e melhoria da eficácia do processo de avaliação de livros didáticos.

Podemos observar a importância que foi assumida pelo LD com o passar dos anos. Por já fazer parte integrante da escola, o LD ostenta alguns valores, positivos e negativos por parte de alguns estudiosos e professores (NOSELLA, 1981; FARIA, 1984; LAJOLO, 1996; NEVES, 2002; ANGULSKI *et al*, 2008).

Atualmente o LD é entendido como “instrumento que está inserido num espaço interacional constituído por inúmeras vozes que refletem interesses das diferentes dimensões sociais, políticas e econômicas de um período histórico determinado.”. (ANGULSKI *et al*, 2008, p.498). É um documento que deve ser decifrado, comentado e criticado, pelos docentes para poder auxiliar suas intervenções.

Assim o Livro, entendido como um ato de fala impresso, constitui um elemento da comunicação verbal. Portanto, não deve ser apropriado de forma passiva, sem criticidade [...] mas sim como um instrumento didático que contribui para reflexão e dinamização da práxis pedagógica. (ANGULSKI *et al*, 2008, p.498).

Segundo Lajolo (1996), o livro didático assume certa importância dentro da prática de ensino brasileira nestes últimos anos, isso é notável, principalmente em países como o Brasil, onde "a precaríssima situação educacional faz com que ele acabe determinando conteúdos e condicionando estratégias de ensino, pois, de forma decisiva, o que se ensina e como se ensina o que se ensina".

Em algumas escolas o LD tem sido o “carro-chefe” da maioria dos professores estabelecendo relações de mediação que infelizmente são assumidas por estes de forma reducionista e simplista, acabando por ditar regras e verdades no processo educativo.

Para Nosella (1981) e Faria (1984) o LD é um dos veículos utilizados pela escola para a transmissão da ideologia burguesa, o livro através dos seus textos, estórias, capas e ilustrações, trazem uma visão totalmente banal e imbuída de preconceitos, que muitas das vezes são absorvidos pelos alunos.

A classe social dominante, para garantir sua hegemonia na sociedade capitalista, utiliza-se dos aparelhos ideológicos do Estado, sendo que o aparelho escolar assume a posição dominante no conjunto destes aparelhos ideológicos, devido à sua eficácia na inculcação da ideologia dominante. (NOSELLA, 1981, p.29)

O livro didático atua como difusor de *preconceitos*. O índio é visto como 'selvagem', desconhecendo o 'progresso', 'nu e enfeitado com cocares'; a mulher é valorizada enquanto mãe, doméstica, ou bordadeira, costureira, babá. Igualmente o caboclo brasileiro é desvalorizado, qualificado de 'caipira' pejorativamente. (FARIA, 1994, p.6)

Apesar de o LD conter diversos problemas como confusão de critérios, invenção de regras, sobrecarga de teorização, artificialidade de exemplos, dentre outros, segundo Neves (2002), não podemos caracterizá-lo como único responsável. Para a autora, o professor espera do livro didático saber o que não sabe; transfere responsabilidades que até então são suas, porque o LD não serve como professor e os alunos não aprendem por si só; substitui sua falta de conhecimento atribuindo ao autor do livro o saber e, com o LD, o professor economiza tempo no preparo das aulas, pois, na maioria dos casos, os professores são sobrecarregados de horas/aula.

Para Lajolo (1996), não há livro que seja à prova de professor: o pior livro pode ficar bom na sala de um bom professor e o melhor livro desanda na sala de um mau professor. Pois o melhor livro é apenas um livro, instrumento auxiliar da aprendizagem. Vai caber ao professor realizar a mediação didática prática, fazer um uso crítico desse documento, decifrá-lo e comentá-lo, não permitindo que ele se torne uma regra de fé e prática, lei ou verdade absoluta. Para Saviani (1985, p.77):

A metodologia, isto é, o instrumento utilizado na e para a educação é essencial no processo pedagógico, mas ele por si só não se garante e nem garante uma alteração qualitativa da compreensão da prática social. É necessário que os agentes sociais, responsáveis pela mediação da ação pedagógica, sejam agentes sociais ativos, uma vez que eles também são elementos objetivos da prática social.

Independente do material que esteja sendo usado como facilitador no processo de ensino-aprendizagem, seja impresso ou audiovisual caberá ao professor selecionar os

conteúdos, as matérias jornalísticas, os vídeos, os exercícios, etc. que serão utilizados em sala aula. O professor tem o seu papel de mediador insubstituível dentro do processo de ensino-aprendizagem e esse deve fazer uso das diversas ferramentas que estão a sua volta, de forma que o aluno seja o maior beneficiado nesse processo.

A EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR E A ORGANIZAÇÃO DOS CONTEÚDOS

A educação básica ou ensino básico é o nível de ensino correspondente aos primeiros anos de educação escolar ou formal. Esta denominação corresponde a um conjunto específico de anos de escolaridade, correspondendo, na generalidade dos casos, aos primeiros quatro a nove anos. Na educação básica podemos encontrar diversas disciplinas que a compõem, como as Ciências Biológicas, Geografia, História, Línguas estrangeiras, Português, Matemática, Química, Física, Educação Física etc.

Desde 1996, no Brasil, corresponde ao ensino médio (antigamente chamado de segundo grau) a etapa do sistema de ensino equivalente à última fase da educação básica, cuja finalidade é o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, bem como a formação do cidadão para a vida social e para o mercado de trabalho, oferecendo o conhecimento básico necessário para o estudante ingressar no ensino superior.

O ensino médio é composto por diversas disciplinas como Português junto com Literatura Brasileira e Portuguesa, de uma língua estrangeira moderna (tradicionalmente o Inglês, o Espanhol e/ou o Francês), das ciências naturais (Física, Química e Biologia), da Matemática, das ciências humanas (História e Geografia primariamente, Sociologia, e Filosofia secundariamente), de Artes, de Informática e de Educação Física.

A Educação Física (EF) tornou-se um componente curricular a partir da LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) nº 9.394 de 20/12/1996 e sendo contemplada no artigo 26, § 3º onde consta:

Art. 26. Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela. [...]

§ 3o A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é

componente curricular obrigatório da educação básica, sendo sua prática facultativa ao aluno: (Redação dada pela Lei nº 10.793, de 1º. 12.2003).

I – que cumpra jornada de trabalho igual ou superior a seis horas; (Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º. 12.2003).

II – maior de trinta anos de idade; (Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003)

III – que estiver prestando serviço militar inicial ou que, em situação similar, estiver obrigado à prática da educação física; (Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º. 12.2003).

IV – amparado pelo Decreto-Lei no 1.044, de 21 de outubro de 1969; (Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º. 12.2003).

V – (VETADO) (Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º. 12.2003).

VI – que tenha prole. (Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º. 12.2003).

Das disciplinas curriculares citadas acima, a grande maioria apresentam um saber devidamente sistematizado que indicam claramente o que e como ensinar ao longo dos anos escolares, inclusive a Sociologia e a Filosofia, disciplinas que estavam nos currículos escolares, mas que por motivos políticos/ideológicos, saíram dos currículos, voltando, agora, no início dos anos 2000. A EF e Artes são exemplos de disciplinas curriculares em que isso não ocorre.

Quando ensinar, o que ensinar e para que ensinar em cada uma das séries? Segundo Coll (1987) um componente curricular deve apresentar um complexo de conhecimentos organizados e adequados à aprendizagem, sempre orientados pelos objetivos gerais da área. Nesse sentido, a EF não possui essa organização dos conteúdos, gerando dúvidas, com métodos de ensino desarticulados, sem seguir uma sequência lógica, acabando por muitas vezes, segundo Santos *et al* (2009), ficando à margem do projeto pedagógico das escolas.

Apesar de a Educação Física ser justificada na escola pela LDB, percebe-se que a disciplina é marginalizada, discriminada, desconsiderada, chegando muitas vezes a ser excluída dos projetos pedagógicos de algumas escolas. Esse fato ocorre porque a Educação Física não está sendo trabalhada de forma coerente, por conta de práticas e conteúdos que não colaboram na educação dos indivíduos. (SANTOS *et al*, 2009, p. 93).

Devido a essa falta de organização de conteúdos, o que é ou deve ser ensinado

acaba ficando por conta daquilo que o professor de EF tem mais domínio, fazendo das suas aulas e/ou da sua prática pedagógica uma mera reprodução daquilo que ele vivenciou em boa parte da sua vida escolar (ou mesmo práticas esportivas extra-escolares), seja como aluno ou como atleta ou como praticante de alguma atividade esportiva, e que por fim, também, acaba resumindo a EF a práticas esportivas somente.

Nota-se que a EF, apesar das mudanças que a lei trouxe, não é reconhecida como um componente curricular. Algumas escolas, principalmente da rede pública de ensino, não exigem dos professores de EF o plano de curso, a ementa a ser ensinada no decorrer do ano letivo, como acontece com as demais disciplinas, deixando clara a marginalização da mesma dos projetos pedagógicos da escola. Os professores da disciplina, muitas vezes, são vistos como recreadores, mecânicos, eletricitistas, organizadores de quadrilhas e festas em datas comemorativas, isso porque muito desses mesmos professores não colocam em prática o saber que deve ser ensinado na EF escolar, dando a entender que a disciplina não colabora em nada com o desenvolvimento dos alunos e/ou da escola.

A falta de clareza e organização por parte dos professores acerca do que deve ser ensinado nas aulas de EF fazem com que a disciplina avance no tempo, mas não com o tempo, utilizando-se de um modelo tecnicista, militarista dos anos 1960 e 1970, uma EF voltada ao treinamento esportivo com professores treinadores e colecionadores de troféus e medalhas.

Tani (1991) argumenta que um dos aspectos mais problemáticos do ensino da EF é que não há uma identificação clara do conjunto de conhecimentos a serem ensinados durante as aulas. Talvez esta ausência, que se refere Tani (1991), seja o motivo pelo qual a EF escolar ainda continue sendo desenvolvida com base nos modelos tradicionais que engloba modalidades esportivas e aptidão física. (TANI, 1991 apud SANTOS *et al*, 2009, p.9).

Trazendo essa discussão para o LD, notamos que um dos pontos fortes desse material didático é exatamente a sistematização dos conteúdos que ele traz, seguindo uma sequência lógica relacionada diretamente com a série que está sendo ensinado, talvez este seja um dos fatores que faz com que o LD se torne um material tão

importante dentro da escola, essa organização de conteúdos, juntamente com exercícios, leituras, gravuras etc.

A EF por não ter um LD específico para a área, um saber sistematizado que tenha sido “abraçado” por um programa de categoria nacional como PNLD, assim como ocorre com outras disciplinas, faz com que essa matéria curricular fique “perdida” no contexto escolar, sabido aqui da dificuldade que é para se organizar os conteúdos a serem ensinados por parte dos professores de uma forma geral.

Disciplinas como Matemática, Português, História, Geografia, dentre outras, possuem, e isso se reflete no LD, um saber organizado por séries que é utilizado no âmbito nacional. O conteúdo de Português que é estudado na primeira unidade da 5ª série em um determinado estado é o mesmo conteúdo que é estudado na primeira unidade da 5ª série em qualquer outro lugar do país, garantidas suas excepcionalidades relacionadas ao contexto cultural local.

A EF, por sua vez, é um componente que:

é dotado, de necessidades diferenciadas, como por exemplo, por trabalhar com a cultura corporal de forma variada, necessita de espaços diferenciados (quadras, campos, clubes, áreas abertas...), o tempo tem que ser adequado à realização das atividades, entre outros aspectos. (PERES, 2001, p.226)

A seleção e organização de conteúdos exige coerência com o objetivo de promover a leitura da realidade. [...] Outro aspecto a considerar na seleção de conteúdos é a realidade material da escola, uma vez que a apropriação do conhecimento da Educação Física supõe a adequação de instrumentos teóricos e práticos, sendo que algumas habilidades corporais exigem, ainda, materiais específicos. (COLETIVO DE AUTORES, 1992, p. 43).

Essa, talvez, seja uma dificuldade encontrada quando se pensa em elaborar um LD pra EF, pois como foi colocado por Peres (2001) é uma disciplina em que se trabalha a “cultura corporal”, o conteúdo a ser trabalhado em uma determinada região possa ser inviável de ser trabalhado em outra, em outro estado, ou até mesmo no próprio estado, devido ao clima, território, a cultura, aos aspectos folclóricos e étnicos etc.

O vôlei de areia, por exemplo, é um conteúdo que deve ser ensinado na disciplina por fazer parte da cultura corporal, mas que com certeza será mais

significativo e viável se praticado em regiões e/ou estados do litoral brasileiro do que na Amazônia, Acre, Rondônia, Roraima. É evidente que esses conteúdos também devem ser ensinados nessas regiões/estados para que os alunos venham conhecer e se apropriar desses conhecimentos, todavia conteúdos que tem uma relação mais direta com a realidade do aluno, talvez tragam mais sentido e significado para os mesmos. No contexto sergipano, temos manifestações corporais, culturais e artísticas que podem/devem ser ensinadas na escola, como por exemplo: Os festejos juninos; Os folguedos de Laranjeiras (Barco de Fogo); Reisado; Lambe Sujo. Cacumbi. Essas manifestações podem e devem ser ensinadas na EF não só por fazerem parte da “cultura corporal”, mas por ter um valor muito significativo para o aluno e estimulante.

Outro motivo que dificulta a elaboração de um LD para a EF, fazendo com que seja uma diretriz curricular, é essa “necessidade de espaços diferenciados” citados por Peres (2001) que muitas escolas, principalmente da rede pública não tem. Alguns conteúdos da EF, especialmente os esportivos, necessitam de uma determinada estrutura que muitos colégios não dispõem e de materiais específicos para que a aula aconteça. Se fosse obrigatório ensinar o conteúdo natação na 3ª unidade de EF em todas as escolas do país, esse conteúdo não poderia ser transmitido, devido exatamente à falta de estrutura e materiais.

Apesar das dificuldades encontradas para a organização de conteúdos para a EF, devido a diversos fatores, como a extensão territorial e pluralidade cultural, a apresentação de um currículo, no qual esteja incluído um conjunto de princípios de sistematização, uma ordem lógica de conteúdos diversificados e aprofundados, traria diversos benefícios aos professores e alunos nas aulas de Educação Física. Alguns desses fatores, segundo Darido (2004) são: implementação de um maior número de conteúdos - o professor não restringiria sua aula à prática de uma determinada atividade esportiva, ensinando meramente a prática pela prática, a técnica pela técnica, mas sabendo “o que” deve ser ensinado para determinada série, o professor desenvolveria uma aula com objetivos específicos, que tragam sentido e significado para o aluno, ajudando assim no desenvolvimento e emancipação daquele indivíduo -; possibilidades de refletir sobre a própria prática; facilitar a transferência de alunos de uma escola para outra; melhoria no planejamento das atividades; melhores condições de aprendizagem.

Torna-se evidente que a sistematização de conteúdos é de extrema importância para a Educação Física Escolar, pois ampliaria as possibilidades pedagógicas e didáticas no ensino dos conteúdos da EF na escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos apontamentos feitos acima nota-se a necessidade de um material didático sistematizado e organizado para a EF, entretanto, como disse Peres (2006) e o Coletivo de Autores (1992), a EF tem necessidades diferenciadas das outras disciplinas e por isso merece um olhar e um cuidado diferenciado quando falamos em organização de conteúdos.

O LD na Educação Física abrirá novos olhares e novas possibilidades no que se refere à prática pedagógica, todavia não devemos usá-lo como uma imposição, uma prescrição que deva ser seguida passo a passo. Em concordância com Lajolo (1996), o LD é somente mais um material pedagógico, dentre outros tantos existentes, um facilitador no processo de ensino aprendizagem, um auxiliador. "O livro didático é necessário e eficaz, mas se deixar dirigir, exclusivamente, por ele, é renunciar à liberdade que o professor tem, pode e deve ter", como afirma Soares (2007).

O professor ao utilizar o LD deve valer-se de sua autonomia – “poder escolher e construir sua prática pedagógica e não apenas aplicar algo elaborado pelos outros” (CAPARROZ & BRACHT, 2007) - para selecionar partes do livro que melhor facilitarão no processo de ensino-aprendizagem, não o utilizando como uma "apostila" ou "receita de bolo" que "manda" ele fazer isso ou aquilo.

É indispensável afirmar que a temática debatida neste artigo de revisão bibliográfica é de suma importância para a Educação Física e não é nosso objetivo concluí-la nesse debate, mas pretendemos abrir portas para que outras pesquisas, conclusões e opiniões sejam dadas com o intuito de melhorar a cada dia a prática pedagógica dos professores de Educação Física em busca da tão sonhada legitimidade da área no âmbito escolar.

REFERÊNCIAS

ANGULSKI, Cíntia Müller. Apropriação/resignificação ou negação do conhecimento nas aulas de Educação Física. In: Congresso Sulbrasileiro de Ciências do Esporte: **Anais**. nov. 2008; UFPR. Curitiba: Dtpen; 2008. p. 495 - 503. Disponível em: <http://www.rbceonline.org.br/congressos/index.php/CSBCE/IVCSBCE/paper/view/104/297>> Acesso em: 20 junho. 2010.

BETTI, Mauro. Educação Física. In: GONZÁLEZ, Fernando J.; FENSTERSEIFER, Paulo E. (Orgs.) **Dicionário crítico de educação física**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005. 424p.

BETTI, Mauro. (org.). **Educação Física e mídia: novos olhares, outras práticas**. São Paulo: Hucitec, 2003.

BRACHT, Valter; GONZÁLEZ, Fernando J. Educação Física Escolar. In: GONZÁLEZ, Fernando J.; FENSTERSEIFER, Paulo E. (Orgs.) **Dicionário crítico de educação física**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005.

BRACHT, Valter *et al.* **Pesquisa em ação: educação física na escola**. Ijuí: Unijuí, 2003.

CAPARROZ, Francisco E.; BRACHT, Valter. O tempo e o lugar de uma didática da Educação Física. **Rev. Bras. Cienc. Esporte**, Campinas, v. 28, n. 2, p. 21-37, jan. 2007

CASTELLANI FILHO, Lino. **Educação Física no Brasil: a história que não se conta**. Campinas: Papirus, 1988.

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do ensino de Educação Física**. São Paulo: Cortez, 1992.

COLL, C. **Psicologia e currículo**. São Paulo. Summus, 1987.

DARIDO, Suraya. C. **Educação Física Escolar: o conteúdo e suas dimensões**. Pedagogia Cidadã, Cadernos de Formação - Educação Física, São Paulo, UNESP, p. 59-70, 2004.

DARIDO, Suraya C. **Educação Física na Escola: questões e reflexões**. Araras, SP: Ed Topázio, 1999.

FARIA, Ana Lúcia G. de. **Ideologia no livro didático**. 11. Ed. São Paulo: Cortez, 1994. (coleção questões da nossa época: v. 37)

FREIRE, João Batista. **Educação de corpo inteiro**. Campinas: Scipione, 1989.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**. São Paulo: Cortez, 1989.

- FREITAS, Neli K.; RODRIGUES, Melissa H. **O livro didático ao longo do tempo: a forma do conteúdo.** Universidade Federal de Santa Catarina, 2007.
- GORROÑO, Maria Eugênia Martínez. (2001). Currículum de Educación Física y características de los materiales curriculares. In: **Revista Tándem: Didáctica de la Educación Física.** Barcelona: Editorial Graó. N° 4, julio. p. 7-17.
- LAJOLO, Marisa. **Livros didáticos: um (quase) manual de usuário.** In: Em Aberto, n. 69, ano 16, 1996.
- MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos."PNLD (Programa Nacional do Livro Didático)" (verbete). **Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil.** São Paulo: Midiamix Editora, 2002. Disponível em: <http://www.educabrasil.com.br/eb/dic/dicionario.asp?id=119>, visitado em 1/8/2011.
- NEVES, Maria Helena de Moura. **A gramática história, teoria e análise, ensino.** São Paulo: Unesp, 2002.
- NOSELLA, Maria de Lourdes Chagas Deiró. **As belas mentiras: a ideologia subjacente aos textos didáticos.** 3. Ed. São Paulo: Moraes, 1981. (Coleção educação universitária).
- PERES, Giani. As implicações da educação física no âmbito escolar. **Rev. Online Bibl. Prof. Joel Martins,** Campinas, SP, v.2, n.2, p.220-230, fev. 2001.
- RANGEL, Egon de Oliveira. **Avaliar para melhor usar: avaliação e seleção de materiais e livros didáticos.** Textos do TV Escola e Salto para o futuro na série Materiais Didáticos. Boletim 14, agosto de 2005. Disponível em: <<http://tvbrasil.org.br/fotos/salto/series/151007MateriaisDidaticos.pdf>> Acessado em: 27 agosto 2011.
- SANTOS, Luiz Anselmo Menezes *et al.* (org.). **Programa de Ementas e Conteúdos para a Educação Básica: Componente Curricular Educação Física – Universidade Federal de Sergipe,** 2009.
- SAVIANI, Demerval. **Escola e Democracia.** 8ª edição. São Paulo: Cortez, 1985.
- SOARES, Carmen Lúcia. **Educação física: raízes europeias e Brasil.** Campinas: Autores Associados. 1994.
- TANI, Go *et al.* **Educação Física escolar: fundamentos de uma abordagem desenvolvimentista.** São Paulo: EPU/EDUSP, 1988.
- VAGO, Tarcísio M. **Rumos da Educação Física Escolar: o que foi, o que é, o que**

poderia ser. **Anais do II Encontro Fluminense de Educação Física Escolar**. Niterói:
UFF, 1997.

